

CONDOMINIZAÇÃO DO COTIDIANO: A MORALIZAÇÃO DO ESPAÇO DE MORAR NO RESIDENCIAL CAMBOA¹

*The Condominization of Everyday Life: The
Moralization of Living Space in the Camboa Residential*

Maysa Mayara Costa de Oliveira²

Palavras-chave:
condominiumization;
housing;
urbanization; stilt
houses; stigma

Resumo: Este artigo tem como objetivo trazer uma reflexão a respeito das experiências vividas pelos moradores de um Residencial construído pelo Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, na capital São Luís. O Residencial Camboa foi inaugurado pelo projeto PAC Rio Anil, em novembro de 2009, e possibilitou obras de revitalização no bairro, símbolo de um projeto que traria “dignidade” para as famílias que viviam em palafitas. Com o tempo, o conjunto virou zona de disputa pelo tráfico de drogas, com frequentes tiroteios, mortes por execução, dando uma conotação pejorativa ao local, sendo apelidado por “Carandiru”, antiga penitenciária de São Paulo. Além disso, as diferenças entre os bairros de origem de seus moradores fizeram com que as fronteiras e o sentimento de pertencimento em relação às suas antigas localidades justificassem os conflitos existentes no Residencial, algo demarcado na fala dos moradores pela “mistura das favelas”. Centrando a atenção na forma das relações sociais nesse novo espaço – fruto de um projeto de governo onde se busca implementar um modelo de moradia (apartamento) e um projeto de reordenação espacial de populações periféricas – este trabalho tem, por fim, o objetivo de analisar de forma etnográfica o que significa esse padrão de condominização para as famílias, em especial as do Residencial Rio Anil Camboa, e como esse padrão de moradia tem sido adotado nos projetos de habitação popular. A partir dessa nova maneira de habitar essas famílias, suas relações vão sendo construídas com o morar, com a casa, com o trabalho, com o dinheiro e com a própria noção de propriedade. Nessa perspectiva, essas relações e experiências são analisadas a partir daquilo que denomino como processo de condominização da vida social dessas populações.

¹ Recebido em 01/09/2025 e aceito em 16/10/2025.

² Doutora em Ciências Sociais (UNICAMP). Professora Adjunta na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) <https://orcid.org/0000-0002-8886-4481>

Keywords:
condominiumization;
housing;
urbanization; stilt
houses; stigma.

Abstract: *This article offers a critical reflection on the lived experiences of residents in a housing complex built through Brazil's Growth Acceleration Program (PAC) in the city of São Luís. The Camboa Residential Complex, inaugurated in November 2009 as part of the PAC Rio Anil project, was initially promoted as a revitalization effort meant to restore "dignity" to families previously living in stilt houses. Over time, however, the complex became a contested territory marked by drug trafficking, frequent gun violence, and execution-style killings, eventually acquiring a stigmatized identity and being colloquially dubbed "Carandiru" — a reference to the infamous São Paulo prison. Moreover, tensions emerged from the coexistence of residents originating from different neighborhoods, whose previous senses of territorial belonging contributed to ongoing conflicts within the complex. These divisions are frequently articulated by residents through the expression "mixing of favelas," underscoring fragmented social integration. This paper focuses on how social relations are reconfigured within this newly constructed residential space — the product of a governmental attempt to impose a standardized model of housing (the apartment) and a spatial reordering of marginalized urban populations. Through an ethnographic lens, the study investigates how this model of "condominization" reshapes everyday life for families, especially those in the Rio Anil Camboa complex, and how it has been replicated in broader public housing policies. It examines how new forms of dwelling generate evolving relationships with space, the home, labor, income, and the very notion of property. These transformations are analyzed as part of a broader process I refer to as the condominiumization of social life among peripheral urban populations.*

INTRODUÇÃO

O Residencial Camboa localiza-se na parte central da capital São Luís, às margens do rio Anil com acesso pela Avenida Camboa, principal avenida que liga os bairros da Areinha até a Avenida Beira Mar, passando pela Liberdade. A área onde foi construído o conjunto habitacional, abrigava a antiga Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa, fundada em 1888, a qual foi responsável pelo adensamento populacional daquela área. Conforme observa Cavalcanti (2013), esse processo se trata de uma "refuncionalização" de áreas industriais desativadas para a construção de conjuntos habitacionais. Atualmente, no local da antiga fábrica estão as instalações da emissora de TV e rádio Difusora, prédio vizinho do Residencial Camboa.

O conjunto está situado na parte central da cidade de São Luís e está próximo a hospitais de referência, escolas e creches, centros comerciais, feiras, igrejas e praças. Como muitos moradores falam, "nessa região se faz tudo a pé", ou seja, não

é necessário se deslocar com transporte público pois é possível encontrar tudo nas proximidades do bairro.

As paredes desbotadas e descascadas contrapõem geralmente o colorido dos prédios entregues pelo Programa de Aceleração do Crescimento —PAC. Alguns furos nas paredes cobertos com massa de cimento indicam que são oriundos de tiros. Nas janelas, roupas penduradas em varais improvisados estão a secar. Pichações nos muros e nos blocos “CVLR”, “TD2”, demarcam uma facção e mandam recados; plantas e jardins improvisados decoram as portas de alguns apartamentos. Garagens improvisadas de lonas guardam carros, motos. Improvisados também são alguns comércios no Residencial: quitandas, venda de água, venda de churrasquinho, bebidas, lanches e salgados. Prestação de serviços também acontece no local: manicure, barbearia, impressões. A observação e a descrição desse espaço demonstra os modos improvisados de lidar com a limitação do espaço, mobilizados a partir das necessidades de seus moradores. Essas adaptações, demonstram as diversas estratégias para gerar renda, vinculadas a moradia e que são apontadas por Cavalcanti (2007) como uma espécie de “imaginação construtiva”, ou seja, uma concepção de imaginação da produção da realidade social e espacial, ligada não apenas na reprodução do que existe, mas na construção de modos de viver, de projetar um futuro, da capacidade de agência criativa dos moradores das periferias e favelas.

Este artigo busca trazer um pouco das percepções e experiências dos moradores do Residencial Camboa, apresentando formas de organização social em disputa, improvisações dos espaços, esperas e decepções, estigma, violência, relações importantes para entender os efeitos da condominização da vida social dos moradores nesse espaço.

O conceito de condominização é utilizado neste trabalho inspirado na lógica de organização da vida em condomínios horizontais, chamados de gates communities, conceito norte-americano de vida em comunidade. No Brasil, esse conceito foi denominado por Caldeira (2000) como enclaves fortificados, orientado por um padrão maior de separação nas relações sociais, onde os espaços comuns se restringem aos playgrounds. Com a adoção do modelo de condomínio para as periferias e favelas, com os programas de reurbanização e programas habitacionais, observa-se uma reconfiguração desses espaços tanto em sua paisagem urbana quanto na sua ordem moral. Esse tipo de intervenção, como projetos de reurbanização realizados pelo PAC são denominados por Larkins (2015), como uma forma de “mercantilização da paisagem”.

DANIEL DO PAC, O IRMÃO DANIEL

Daniel foi um interlocutor extremamente importante para a minha pesquisa, foi a pessoa que me indicou informantes, convidou para eventos, e possibilitou participar de muitas atividades no Residencial, e fora dele também, se tornando um grande parceiro e amigo. Falar de Daniel, para além de seu papel como um grande intermediador do meu trabalho, é falar do que ele representa para o Residencial. Sua imagem é o próprio símbolo das mudanças e processos que se passaram com o tempo. De “Daniel do PAC” como primeiramente era conhecido e como também se intitulava, para “irmão Daniel”, agora como é chamado. Sua postura enquanto uma liderança não mudou, mas seu papel moral enquanto uma liderança religiosa demonstra a importância que Daniel vem ganhando cada vez mais no Residencial como no bairro, assim como o espaço que as igrejas protestantes têm desempenhado nas periferias.

Quando comecei a visitar o Residencial para as pesquisas de campo, muitos moradores me indicaram Daniel para conversar. Na época, ele já era visto pelos moradores como uma liderança. Só um tempo depois nos aproximamos, no momento que considero a minha segunda entrada em campo. Daniel sempre foi uma pessoa bastante ativa e articulada no Residencial. Foi através dele que foram realizados mutirões de limpeza, festas do dia das crianças, dia das mães; através dele são realizados também mutirões de consultas, torneios, projetos sociais e os cultos. Além disso, Daniel é a figura que está sempre acompanhando as obras no Residencial, reivindicando melhorias, e não por acaso ele se tornou uma grande referência para os moradores. Ele não se considera síndico geral do Residencial, embora muitos moradores o vejam assim. Por sua atuação em prol de melhorias para o local, passou a ser reconhecido como uma liderança.

Daniel sempre se preocupou com o Residencial e com a maneira de como os moradores deveriam se comportar naquele espaço. Foi dele que escutei, pela primeira vez, a frase tantas vezes repetida por outros moradores: “saiu da favela, mas a favela não saiu dele”. Para muitos, a condição de ex-morador da favela, de ex-palafitado, era algo a ser apontado dentro daquele espaço onde novas regras de convivência deveriam ser seguidas. Era necessário abandonar essa identidade, embora ela seja acionada constantemente no dia a dia dos moradores, principalmente nas lembranças das amizades e do tempo que todos eram “unidos” e não se tinha tanta violência.

Segundo Daniel, a convivência no Residencial inicialmente era muito difícil, pois, de acordo com ele, as pessoas vieram da favela, e lá era tudo permitido. Agora, como

liderança ele atua como um dispositivo disciplinar (CONCEIÇÃO, 2016) aos moradores do Residencial. As práticas da “favela” deveriam ser abandonadas. Daniel meio que exerce esse papel de disciplinador, ao mobilizar os moradores para atividades coletivas que considera importante, como os mutirões de limpeza, quando chama atenção pelo lixo ou por algo sendo depredado no Residencial, ou quando mantém o controle da limpeza e chaves do pequeno salão de eventos.

Em uma ocasião, estava conversando com Daniel sobre o projeto de leitura para as crianças, projeto que ainda estava no início. Ele tinha me falado que a ideia do projeto havia sido de um outro morador que acabou desistindo, mesmo antes de começar as oficinas. De acordo com Daniel o morador queria receber algo para dar as oficinas e no momento, ele diz: “o projeto precisa de amigos que possam ajudar sem pedir nada em troca”. Seu intuito, no futuro, era fazer com que no espaço do salão funcionasse aulas de reforço para as crianças e que alguém da comunidade pudesse dar aulas. Assim, segundo ele, estaríamos ajudando o professor da comunidade, pois os pais pagariam um valor não muito caro, e teriam um local para as aulas de reforço dos filhos. Ele mesmo me contou dessa necessidade, em relação aos seus filhos, que não estão em aula de reforço por falta de condições financeiras. Ao falar das dificuldades em tocar o projeto, ele destaca: “Mas aqui ainda é favela, só mudou a alvenaria, a ética continua a mesma”.

A seguinte frase nos remete aquilo que Conceição (2016) chamou de “limpeza moral”, o fato de que ingressar na nova moradia (apartamento/condomínio) representava a possibilidade de reconstrução de suas trajetórias. O “ser favelado” deveria permanecer no passado, assim como seus hábitos. A frase de Daniel me fez repensar as relações dos moradores dentro do espaço do Residencial. Por mais que sua frase seja carregada de um desejo de mudança, uma “nova identidade”, um desejo de uma limpeza moral; é necessário destacar que em certa medida a frase de Daniel fazia sentido.

“Mudar a alvenaria”, “sair da favela”, não necessariamente significava que os moradores deixassem de ser quem são, não no sentido de uma “limpeza moral” desejada por Daniel, mas no sentido de que, as lembranças, as trajetórias dos moradores da Camboa estão sempre muito presentes no seu cotidiano, em suas falas, nas brincadeiras e repreensões, e isso fazia parte do que eles são.

O desejo do Projeto PAC Rio Anil de tornar os moradores ex-palafitados em cidadãos, o desejo de Daniel de que seus vizinhos abandonassem a “ética” da favela, não foram ressignificados no novo espaço, pelo contrário. A mudança para o Residencial foi um divisor para os moradores em todos os sentidos. Ao mesmo tempo em que tiveram acesso a melhores condições de habitação, saneamento básico e

estrutura das casas (com muitas ressalvas), a mudança para o conjunto representou também o marco em suas identidades, mas não como condôminos, “cidadãos”, mas como sujeitos estigmatizados, moradores do “Carandiru”.

O crescimento dos conflitos territoriais pela disputa pelo tráfico, antes estabelecido pelos limites territoriais entre os bairros, Camboa e Liberdade, foram intensificados com a ocupação de moradores de ambos os bairros no mesmo conjunto. O Residencial Camboa, nesse sentido, passou a ser um local de disputa do tráfico e alvo de intensos conflitos e operações policiais. Tais acontecimentos configuraram um estigma ao local, como lugar perigoso, violento e que deveria ser evitado. Páginas policiais e programas de tv locais contribuíram para o processo de estigmatização do bairro, do Residencial, e de seus moradores que agora eram denominados como “moradores do Carandiru”.

AQUI É O CARANDIRU?

Sabe como o pessoal da TV daqui do lado chama gente? Esse rapaz chamava a gente aqui, sabe como é que ele falava no programa do Bandeira 2 ? " aqui ao lado tem um Carandiru", ele chamava a gente aqui de Carandiru. Gente, isso é uma discriminação! (Entrevista Daniel, 2015)

A mudança dos moradores das antigas palafitas do rio Anil para o Residencial Camboa, para a minha surpresa, foi relatada como uma experiência bastante negativa. A saída das palafitas para os apartamentos, além de ter significado um momento de muitas expectativas pelo projeto anunciado, logo depois se configurou em uma série de decepções para os moradores.

A primeira delas pela relativa demora e entrega dos apartamentos, que aconteceu de forma processual. Além disso, as habitações foram entregues em formatos de apartamento, o que não agradou os moradores, que se sentiram enganados, e não foram consultados em relação ao modelo de moradia que gostariam que fosse realizado, pelo contrário. Segundo Daniel, se as habitações entregues fossem casas, muitos conflitos seriam evitados, como a possível “mistura das favelas”, algo apontado pelos moradores como um dos motivos de desentendimentos dentro do Residencial.

Um segundo ponto seria o estigma vivenciado pelos moradores do Residencial Camboa que ficou conhecido como Carandiru, antiga penitenciária do estado de São Paulo que foi cenário de um dos maiores episódios de violência resultando na morte de 111 detentos. A analogia ao antigo presídio configura-se em diversas cenas de

violência, mortes e execuções no Residencial que ficaram marcadas nos noticiários, páginas policiais, opinião pública e nas lembranças dos moradores, o que vai ser definidor no modo como os moradores relatam suas experiências vivenciadas, logo após a mudança para o conjunto. Essas lembranças são sempre definidas por eles como momentos difíceis, de tensão, ou até mesmo de guerra, sendo a “paz reconstituída” momentos depois. As menções ao preconceito vivenciado pelos moradores eram recorrentes, evidenciando que tais situações se manifestam de forma cotidiana, especialmente quando os residentes informam seus endereços, buscam inserção no mercado de trabalho, utilizam serviços de transporte, como táxis, ou em outras interações sociais.

Um dia, Daniel me relatou uma situação vivenciada por um morador. Esse morador estava procurando emprego e tinha colocado o endereço do Residencial ao deixar seu currículo. Ao comentar com seus colegas, descobriu que estes não colocavam o endereço verdadeiro, para que pudessem ser chamados para entrevistas de emprego. Isso explicou porque não havia sido chamado para entrevista.

Segundo Daniel, um apresentador da emissora de TV vizinha do Residencial, ao “apelidar” os moradores do Residencial de “moradores do Carandiru”, “batizou” definitivamente o Residencial de forma negativa passando os moradores a serem estigmatizados e o local ficando agora conhecido e associado pela opinião pública como uma imagem negativa do antigo presídio, algo significativamente definidor para que os moradores sofressem preconceitos e fosse estigmatizados. Ao ser indagado sobre as razões do preconceito, sobretudo considerando a proximidade geográfica entre o Residencial e a emissora de televisão, ele atribuiu a discriminação à origem dos moradores — provenientes de uma favela — e à sua condição socioeconômica, marcada pela pobreza. Esses fatores, segundo ele, fundamentaram o tratamento diferenciado e estigmatizante direcionado ao apresentador.

Daniel é enfático ao lembrar que a moradia é um direito constitucional, que deve ser garantido pelo Estado. Por ser uma pessoa extremamente articulada e que sempre está reivindicando melhorias para os moradores do conjunto, assim como no bairro, ele utilizou de suas estratégias de reivindicações para chamar atenção da emissora de TV sobre o apresentador que havia dado a alcunha ao conjunto. Segundo ele, entrou em contato com a assessoria de imprensa da TV e com a ajuda de um amigo que trabalha no tribunal de justiça, elaborou um ofício em nome da comunidade, pedindo para que a emissora e o programa em específico parassem de apelidar o Residencial.

Embora Daniel considere que a ação tenha surtido efeito, pois de fato o apresentador não utilizou mais o apelido para se referir ao Residencial, isso não foi suficiente para que os moradores deixassem de sofrer preconceitos. O apelido dado ao Residencial apenas reforçou a imagem do bairro e do conjunto, antes um local já estigmatizado pela presença das palafitas, que eram invisíveis e à margem da preocupação social, agora as disputas pelo controle do tráfico tornaram-se visíveis, ainda mais pelas práticas de divulgação nas redes sociais pelos grupos rivais, que mediatizam punições, execuções e provocações.

Consequentemente, as rotinas dos moradores do Residencial são impactadas durante os períodos de intensificação dos conflitos entre facções, resultando naquilo que denominam “momentos de violência”. Em contraposição, referem-se aos períodos de relativa estabilidade como “momentos de tranquilidade”, quando esses conflitos se encontram controlados ou cerceados. Foi nesse sentido que os primeiros anos de convivência dos moradores no conjunto foram demarcados e relatados por muitos com um momento de intenso conflito e que com o “passar dos anos melhorou mais”. Esses momentos também marcam dualidades fortemente presentes nas falas dos moradores e suas percepções sobre as relações que estabelecem naquele lugar, assim como descrevem a trajetória de suas mudanças e os espaços ocupados.

A temporalidade demarcada pelos momentos de conflito impedem o tráfego livremente dos moradores pelo conjunto, ou pelo bairro, deixando de receber visitas, ou de sentarem-se nas portas de casa, das crianças brincarem na rua. Apesar de consideravelmente os moradores estarem em habitações que eles reconhecem ter uma estrutura e condições sanitárias muito melhor, há outros fatores que incidem no desejo de mudança do conjunto, como o sentimento de aprisionamento, falta de privacidade ou o próprio medo causado pelos conflitos e pelo estigma que se tornou o lugar. Esse é um dos desejos de Leila, uma jovem que tinha anseios de um dia deixar o conjunto.

Conversando com Leila, uma jovem de 32 anos moradora do Residencial, ela me relata seu desejo de um dia sair do Residencial e morar em uma casa. Apesar de gostar muito do bairro, e não sentir vontade de deixá-lo, Leila queria estar em um local onde pudesse ter mais privacidade e poder receber visitas, sem se preocupar com os horários em que deve chegar em casa assim como os possíveis conflitos entre facções.

Quando conversei com ela, estava no último ano do curso de administração e foi através do programa de financiamento do governo federal que pode cursar uma universidade. Leila me disse que seu salário ia quase todo para pagar a universidade, e que já era para ter formado, mas atrasou um semestre porque havia perdido o

financiamento. Ela me falou dos momentos que já pensou em desistir e do dinheiro que é apertado, tendo que abrir mão de um lazer qualquer, pois o sacrifício de terminar a faculdade e o desejo de se formar é maior.

Ex-moradora da Vila Gorete, Leila morava em palafita antes de mudar para o Residencial. Para ela, morar nos apartamentos foi uma melhoria em sua qualidade de vida, no seu conforto familiar, assim como no saneamento básico. Ela relatou que nas palafitas as tábuas se deterioravam o que era necessário a frequente troca, além dos riscos de acidentes acontecerem. Além disso, a localização do Residencial que praticamente ficou no mesmo bairro e perto da sua antiga rua, não alterou os deslocamentos dos moradores, tendo eles a proximidade de escolas, hospitais, e faculdades, sem necessariamente depender tanto do transporte coletivo.

Embora reconheça a melhoria na qualidade de vida proporcionada pelo apartamento, Leila expressa o desejo de morar em uma casa, principalmente pela falta de privacidade e pela dificuldade de acolher visitas e parentes. Essa necessidade está relacionada a redes de parentesco que caracterizavam as antigas moradias em palafitas, onde era comum viver próximo de familiares e adaptar o espaço conforme as necessidades — algo inviável no modelo de habitação vertical.

Além da limitação do espaço do apartamento, para Leila, o Residencial se tornou um local perigoso e as visitas de amigos e parentes acabam sendo evitadas. Para ela, até chegar mais tarde é algo que tem que ser evitado. Além disso, quando recebe visitas ela utiliza a estratégia de esperar as na frente do conjunto, para evitar os “acidentes nada agradáveis”, no caso, os confrontos entre as facções.

A vida dos moradores do Residencial Cambaia é marcada por uma “sociabilidade violenta ” e observado também na pesquisa de Canção(2018) sobre o Residencial. A partir dessa perspectiva a autora chama atenção para as situações cotidianas no Residencial que estão demarcadas por uma sociabilidade violenta. Essa sociabilidade não está presente apenas na relação entre conflitos entre facções, mas no modo como a organização da vida social no Residencial é condicionada por essa sociabilidade. Ela está presente na forma como os moradores evitavam conversar sobre temas mais embaraçosos que os pudessem comprometer, como não falar sobre os conflitos e seus envolvidos, em evitar estar nas calçadas em dias mais tensos, não criar inimizades, nos rumores, nas ameaças e repreensões, nas brincadeiras das crianças, em códigos morais internos de conduta: “a gente fala, mas não se mistura”.

Daniel relatou um episódio em que quase teve sua vida ameaçada, não fosse o respeito conquistado junto a um traficante local. O conflito ocorreu durante uma festa de aniversário no salão do Residencial, cuja gestão era feita por ele e outro morador.

Eles haviam estabelecido regras rígidas para o uso do espaço, autorizando apenas festas infantis até as 22h e cobrando uma taxa de R\$ 20, destinada à manutenção do local com materiais de limpeza e conservação.

Em uma ocasião, após reclamações de moradores sobre o barulho de uma festa no salão, Daniel foi até o local acompanhado de Anderson, seu parceiro na administração do espaço. No entanto, preferiu não intervir diretamente, temendo que os organizadores da festa interpretassem a reclamação como algo pessoal, já que era visto por muitos como uma liderança no Residencial, ao contrário de Anderson, percebido apenas como responsável pela autorização do uso do salão. Apesar de ter evitado confronto direto, um morador se sentiu ofendido com a situação e chegou a procurar uma arma para ameaçar Daniel. O plano só foi revelado no dia seguinte, quando Rivaldo, a quem o morador havia pedido a arma, relatou o ocorrido a Daniel.

Após o ocorrido, Daniel alertou Anderson de que, ao contrário dele, os moradores não o viam como uma liderança. Apesar de Anderson ter feito a reclamação, a hostilidade foi direcionada a Daniel, por ser reconhecido como figura de referência no Residencial. Diante disso, Daniel decidiu que, dali em diante, agiria conforme seus próprios critérios, evitando confrontos, especialmente com membros de facções, afirmando que não colocaria sua vida em risco por essas situações.

O episódio narrado por Daniel ilustra toda uma sociabilidade violenta e códigos de vivência compartilhados entre os moradores do Residencial. Por mais que existam regras do uso de determinados espaços, como o salão de festas, há também limites para a “quem” se deve reclamar ou não das regras. Como aponta Zaluar (1994) existe um código moral que permite fazer avaliações, impor sanções de algum modo e controlar a violência produzida. No caso, para o morador incomodado, a morte de Daniel significaria uma sanção à sua “honra” por ter sido chamado a atenção. Tal fato não aconteceu, porque na hierarquia das lideranças do tráfico no Residencial, Daniel era alguém de respeito para uma dessas lideranças que impediu a vingança e que no outro dia foi contar o que aconteceu.

Outro fato muito emblemático de como essa sociabilidade violenta está presente no cotidiano dos moradores foi presenciado por mim na oficina de leitura com as crianças do Residencial. Aos sábados à tarde, participava como voluntária em um projeto organizado por Daniel no salão do Residencial. O projeto era transformar uma das salas em espaço de leitura e reforço escolar para as crianças. Daniel já havia conseguido bastante materiais, eu doeie alguns livros e materiais e me dispus a acompanhar as aulas que aconteciam aos sábados à tarde. Em uma dessas ocasiões, enquanto terminávamos as atividades com as crianças, uma colega, também voluntária que me acompanhava nesse dia saiu da sala e foi à porta do salão

olhar uma mensagem que havia chegado em seu celular. Minutos depois fui ver o que havia acontecido e a encontro perto da porta do salão vendo a mensagem quando lá fora os meninos brincavam.

Um grupo estava jogando bola na quadra e outro grupo, o que nos chamou atenção, estava brincando em uma espécie de simulação do que seria um tiroteio. Ao que parecia, não era uma brincadeira de polícia e ladrão, os meninos impunham armas grandes que pareciam fuzis, feitas de isopor ou pedaços de madeira. Um deles estava de bermuda, sem camisa e com uma mochila nas costas em certo momento ele tirou a mochila das costas e guardou as armas, essa era a sua funcionalidade. Em algum momento a brincadeira dos garotos parecia a representação de suas realidades, a troca de tiros, as fugas, tudo simbolizado nos gestos e falas nas brincadeiras dos garotos. Ficamos observando o contexto daquela brincadeira que mais parecia a encenação de casos já vivenciados pelos garotos.

Em um certo momento, um dos garotos que havia sido aluno da minha colega em uma oficina de fotografia a reconhece e acena para ela. Minha colega ao vê-lo pergunta se pode fotografá-lo, já sabendo que não poderia divulgar sua foto. Para a nossa surpresa, em um gesto banal para ser fotografado ele suspendeu as armas de brinquedo, cada uma em uma mão, para cima. Diante daquela situação, ponderei sobre a naturalidade com o qual as crianças reproduzem determinadas cenas de violência, que fazem parte do cotidiano daquele espaço.

Tal cena também me lembrou um episódio em que saía do Residencial depois de um dia de pesquisa de campo, e encontrei duas crianças brincando. Passo por elas e as escuto conversando. Uma diz para a outra: “Ontem teve bala!”. Surpresa, a outra criança pergunta o que aconteceu. A primeira responde que era “bala de Cosme e Damião”. O trocadilho feito pela criança ao dizer que “teve bala” revela como a linguagem da violência está naturalizada no cotidiano do Residencial. A expressão, que poderia remeter a uma “troca de tiros” algo infelizmente comum naquele espaço —, é transformada em uma brincadeira que camufla a gravidade da situação.

Os conflitos decorrentes da disputa pelo tráfico no Residencial se configuram em conflitos já existentes entre os bairros e que foram transplantados para aquele espaço. Segundo os moradores, “a mistura das favelas” seria o motivo dos conflitos no conjunto, conformando toda as regras infringidas a esse motivo. É recorrente as reclamações dos moradores atribuindo os conflitos no Residencial à “mistura das favelas”.

A “MISTURA DAS FAVELAS”

Quando iniciei meu trabalho de campo no Residencial Camboa fui percebendo ao longo das conversas com os moradores um aspecto em comum em suas falas, quando o assunto era algo a respeito da mudança para os apartamentos. Dentre tantas respostas uma das razões de incômodo para eles seria a “mistura das favelas”.

Para compreender o que era a “mistura das favelas” e como seria algo que prejudicava a convivência dos moradores é preciso entender a organização dessas famílias no contexto anterior de seus deslocamentos para o Residencial.

Antes de urbanizadas as margens do rio Anil abrigavam centenas de famílias em diversas vielas nas palafitas, essas pequenas ruas eram denominadas por seus moradores como “favela”. Os bairros que margeiam o rio Anil, Camboa, Liberdade e Fé em Deus, apesar de serem próximos mantinham rivalidades, justificado anteriormente por pontos de venda de droga e atualmente por facções rivais que comandavam os bairros na época: “CV” (Comando Vermelho) no bairro da Camboa e “B40” (Bonde dos quarenta) no bairro da Liberdade.

O outro residencial construído pelo programa PAC Rio Anil, Residencial Jackson Lago e que fica no bairro da Liberdade era apontado pelos moradores como um local dificilmente visitado por eles. Quando tive a oportunidade de visitá-lo, visualizei as pichações da facção rival, “B40”, o que indica que os dois residenciais são comandados por facções inimigas dificultando a interação entre seus moradores. Mas não é apenas a suposta briga entre facções que marca as disputas dentro do Residencial Camboa. O sentimento de pertencimento a um lugar frente ao novo, o desconhecido, justifica as brigas e as pequenas rixas no local. Quando os comportamentos dentro do Residencial iam contra a lógica condominial, ou quando acontecia o não pagamento de contas, o barulho causado por som muito alto, ou a depredação de algo, eram inicialmente relacionados à pessoa pertencente a “tal favela”, como muitas vezes era colocado: “isso é coisa do pessoal da favela tal”.

Originários de diversas favelas que se estendiam pelos bairros da Camboa e Liberdade, as famílias do Residencial Camboa passaram a viver em apartamentos e a conviver com moradores de diferentes localidades. Essas diferenças entre favelas e bairros fizeram com que as fronteiras e o sentimento de pertencimento em relação às suas antigas localidades justificassem os conflitos existentes no Residencial.

A “mistura das favelas” corresponde a um dos aspectos de remoção e realocação dos moradores do Residencial Camboa. Os primeiros anos de convivência no Residencial foram marcados por conflitos que foram intensificados com a chegada do tráfico ao local. As fronteiras territoriais existentes entre os bairros da Camboa e Liberdade foram simbolicamente transplantadas para o espaço comum do Residencial. Assim, a impressão dos primeiros anos de moradia é relatada sempre

como um momento bem difícil, de muita violência, conflitos, brigas entre moradores e entre facções.

“Colocaram os favelados misturados. No começo era mais difícil por conta dos conflitos. Muitos saíram, melhorou oitenta por cento”, desabafa uma moradora do bloco Rosa, quando a entrevistei no início da minha pesquisa de campo em 2015. Ela me relatara que muitas famílias haviam mudado do Residencial por conta dos conflitos decorrentes da “mistura” de diferentes favelas que foram para o conjunto. O rearranjo espacial desses moradores para o Residencial, onde não se conhece mais todas as pessoas da vizinhança como antes, foi decisivo para a produção de discursos acusatórios em relação ao “outro”, principalmente quando as fronteiras simbólicas que já existiam foram transportadas para o Residencial.

Na teoria sociológica o conflito é explicado como necessário para a manutenção das interações sociais. George Simmel (2011) desenvolve a teoria do conflito de maneira positiva. Para ele, o conflito é uma forma de “sociação”. “Admite-se que o conflito produza ou modifique grupos de interesse, uniões, organizações. [...] é uma forma de sociação” (SIMMEL, 1983:122). A sociedade não resulta apenas de forças sociais positivas em que fatores negativos a impeçam. Para ele, essa concepção é bastante superficial. A sociedade é resultado de ambas categorias de interação (p.571).

Pensando dessa forma, os conflitos que os moradores relatam no Residencial não devem ser encarados do ponto de vista de forças opostas, mas como elemento integrador das relações sociais. “A mistura das favelas” não é apenas o fator de desunião e conflito no Residencial é o fator de propulsão das relações naquele espaço.

Em outra entrevista, realizada em 2019, Ângela, uma antiga moradora da rua dos Veleiros no bairro da Camboa, me falou que os problemas no Residencial são decorrentes da “mistura de todos” e que o correto seria o projeto ter construído um “prediozinho” para cada favela, como forma de deixar os moradores juntos sem necessariamente ter que conviver com outros.

A diferença de tempo entre as duas entrevistadas mostra que os discursos acusatórios ainda persistem. Para Ângela, a reunião de favelas diferentes no mesmo local provocou uma divisão no Residencial. Divisão essa que pode ser explicada pelo que ela menciona como desunião.

Para a moradora, a construção de “prediozinhos” abrigando os moradores da mesma favela seria o ideal para manutenção dos laços de convivência. Na sua concepção, como de outros moradores, as favelas eram pequenas comunidades, o que se nota pelas lembranças de um passado que, apesar das dificuldades, é

saudosamente referenciado como um local de “união” e “tranquilidade” e que foram diluídas com a mudança para o Residencial, não só a comunidade, mas como o sentimento de se viver em comunidade.

O conflito, “quando considerado como forma social possibilita momentos de construções e destruições, quer sob instituições, estruturas, arranjos, processos, relações e interações sociais” (ALCANTARA, 2005:08). Nessa perspectiva, os discursos e a culpabilização produzida pelos moradores em relação a “mistura das favelas” são resultantes desse processo de interação.

MEMÓRIAS DE ONTEM, IDEAIS DO PASSADO NO FUTURO

Ângela vive só em seu apartamento, ela decidiu ficar de vez no apartamento logo após o falecimento do seu filho. Antes, passava mais tempo no interior, uma cidadezinha pequena chamada Porto Rico, localizada na região do litoral ocidental maranhense. Ângela possui dois apartamentos onde seus dois filhos anteriormente moravam. Com o falecimento do filho caçula, com vinte nove anos na época, ela resolveu ficar de vez no Residencial. Seu outro filho mora atualmente no interior. Foi para lá depois que se envolveu com tráfico de drogas no Residencial. Segundo Ângela, ele disse que era para levantar um dinheiro rápido e que foi convidado a entrar para uma facção, mas se recusou. Agora, os dois apartamentos estão vazios.

Eu fico observando assim, que antigamente a gente vivia uma vida assim em cima da favela, eu criava porco era em cima da maré, mas era mais tranquilo. De certo que hoje em dia nós ganhamos uma casa com estrutura mas, de alguma forma eu acho que isso aqui não é nem meu, porque tirou a gente da beira da maré mas deu um apartamento desse aqui que você não pode vender, você não pode alugar, você não pode emprestar, e tem muita gente que não se adaptou aqui.

A trajetória de Ângela nos mostra um pouco os motivos do seu desejo de saída do Residencial e a saudade pela antiga moradia. O antigo modo de vida, a possibilidade de criar animais, o espírito de comunidade no antigo lar, e as dificuldades também sentidas com a mudança: o envolvimento do seu filho mais velho no comércio das drogas, e a necessidade de mudar-se; a morte do filho mais novo e na sua solidão, são fatores que incidem na sua decisão de um dia deixar o local. Além de todos os percalços na trajetória de Ângela, a morte de seu filho por ter acontecido de maneira inesperada, e a demora da Secretaria das Cidades em entregar os quiosques, deixaram-na sem condições de abrir seu estabelecimento e retomar suas vendas.

Ângela também coloca que apesar de ter ganhado uma casa com estrutura melhor sente que aquele imóvel não é seu, pela impossibilidade de não poder vender nem alugar, mesmo que essa prática ocorra no Residencial. A violência e as fronteiras impostas pelas brigas entre facções causam a insegurança dos moradores que sentem o desejo de deixar os prédios. O comércio informal dos imóveis ocorre sem nenhum problema, apartamentos são alugados, comprados, trocados a todo momento.

Quando entrevistei Ângela, em seu apartamento, percebi em sua fisionomia o peso que carregava de seguir a vida sozinha, longe do filho mais velho, e ainda muito abatida pela perda de seu filho mais novo “um rapaz exemplar, um filho que toda mãe gostaria de ter”, contou. Suas perspectivas para o futuro estão em conseguir abrir seu quiosque, ou pelo menos alugá-lo para outro, assim poderia ter uma renda. Também pretende aposentar-se e assim seguir vivendo no interior, que segundo ela: “Lá a vida é mais sossegada e a violência não chegou”. É perceptível na fala de Ângela, assim como em sua feição, o amargo desapontamento com o qual vem vivendo os seus dias, a frustração por não abrir seu quiosque, a tristeza por viver sem os filhos, a reforma da casa que não foi iniciada, tudo está por terminar.

Segundo Simmel (2011) estamos inclinados a pensar nossas vidas por dualismos: passado e presente, bem e mal, paz e guerra. Os moradores do Residencial Camboa acionam o tempo todo o dualismo em seus discursos, em suas visões de mundo: passado e presente, ontem e hoje; visões que estão sempre em disputa. De acordo com Simmel, achamos que somos compostos por duas partes, lógica e objetiva que se opõem, uma na qual nos identificamos nossa totalidade a ela, outra sentimos com algo estranho e que não nos pertence e a negamos (p.572). Também é possível observar esse dualismo na fala de outra moradora, Rita.

“A GENTE QUERIA ATÉ VOLTAR PARA MARÉ, SABIA?”

Na tarde de 25 de janeiro de 2015, por volta das 15h30, iniciei uma visita ao Residencial Camboa com uma colega de pesquisa. Após nos apresentarmos como universitárias, começamos a abordar moradores nas calçadas. O reencontro com um conhecido facilitou o contato, e foi assim que me aproximei de Rita, sem imaginar que sua trajetória marcaria profundamente minha experiência de campo.

Rita nasceu em Cururupu, no litoral ocidental do Maranhão, e veio para São Luís a convite do irmão. Vinda de uma vida difícil na roça, entre o plantio e a pesca, passou a morar no bairro São Francisco e, posteriormente, na rua dos Veleiros, na Camboa, onde viveu por 17 anos antes de se mudar para o Residencial. Enfrentou

muitas dificuldades até conquistar sua casa, criando os três filhos lavando roupas para fora, garantindo que todos concluíssem o ensino médio, além de sempre ajudar financeiramente sua mãe no interior.

Na primeira entrevista, Rita trabalhava como empregada doméstica em um bairro de classe média alta e, aos fins de semana, vendia coco no Espigão. Vivia com o companheiro, pedreiro, e o filho do primeiro casamento, enquanto as duas filhas moravam em outro local. Relatou as dificuldades enfrentadas ao conquistar sua casa na rua dos Veleiros, lembrando que, nos primeiros anos vivendo em palafita, convivia com alagamentos, sem acesso à água potável ou energia elétrica — realidade comum nas ocupações às margens do rio Anil.

Apesar das dificuldades da antiga moradia, Rita expressa saudade do tempo em que vivia na maré, associando aquele período à paz e à tranquilidade: “a gente queria até voltar para maré, sabia? Lá a gente tinha sossego, tinha paz... Quem não quer viver na paz?”. — algo que, segundo ela, perdeu após a mudança para o Residencial. A possibilidade de dormir com a porta aberta simbolizava essa segurança, agora inexistente diante do aumento da violência no novo local. Desde 2015, os moradores relataram cenas frequentes de crimes e mortes, trazendo visibilidade negativa ao Residencial, em contraste com a percepção de maior sossego na antiga comunidade.

Rita expressa medo de sentar na porta do prédio, temendo ser vítima de bala perdida, como ocorreu com uma moradora. Ela também relata abusos e agressões policiais que geram revolta entre os moradores e o desejo de deixar o Residencial. Apesar dos problemas nas palafitas, como falta de saneamento e lama, Rita as idealiza como um lugar de “paz” e “ar puro”, em contraste com o clima de violência atual. Ela ainda mencionou que muitas amigas perderam filhos para as drogas, o que contribui para o clima de tensão e descontentamento na comunidade.

Rita aponta a individualização das relações no Residencial como um aspecto negativo, contrastando com o companheirismo e solidariedade típicos do interior, onde as pessoas cuidavam umas das outras. Ela observa que, após a mudança, as relações se tornaram mais seletivas, dividindo-se entre os que “prestam” e os que “não prestam”, reforçando preconceitos associados à “mistura das favelas”. Rita chegou a manifestar o desejo de vender seu apartamento devido ao desconforto com a vizinhança. Para ela, a “pureza” está ligada à ausência de violência e à convivência solidária do passado, em oposição ao ambiente hostil e violento do Residencial.

Os moradores do programa PAC Rio Anil, em bairros como Liberdade e Camboa, têm origens ligadas a comunidades tradicionais e quilombolas do litoral ocidental maranhense e da baixada. Isso resulta na reprodução de modos de vida específicos e na formação de redes familiares e de solidariedade, que Rita chama de

“companheirismo do interior”. Esses processos são analisados pela antropologia por meio da categoria de vicinalidade, que explica a agregação territorial baseada em múltiplas afinidades sociais e culturais. Os bairros Camboa e Liberdade ilustram o conceito de vicinalidade, que entende as proximidades espaciais como formas de estender a morada e construir identidade. Pina Cabral e Godoi (2014) analisa a circulação de pessoas de povoados de Alcântara para São Luís e São Paulo, destacando que esse movimento envolve também a troca de objetos, símbolos e interações que mantêm vínculos além dos locais de origem.

CONSIDERAÇÕES

Este artigo teve como objetivo analisar o processo de condominização dos moradores do Residencial Camboa, construído através do Programa de Aceleração do Crescimento — PAC. O que chamo aqui de processo de condominização está relacionado na forma como os moradores têm se adaptado a esse modelo de moradia. A lógica de moradia em condomínio chega de uma forma diferente para as camadas populares, no modelo de moradia (apartamento) que não foi construído de acordo com as reais necessidades de seus moradores, no tempo das obras que se prolongaram e deixaram sempre algo por terminar, nas necessárias adaptações feitas a esses projetos.

Outro ponto é a forma como esses projetos são pensados e são concebidos como a demora da conclusão do projeto resultou em uma série de expectativas e decepções, o que chamo atenção para o ciclo das obras no qual se tornou o projeto PAC Rio Anil, um ciclo de promessas, obras que se “arrastam” e que geram desapontamentos. Ao longo dos anos de pesquisa com os moradores do Residencial Camboa, as obras do projeto estavam sempre em processos, o que gerava expectativas e frustrações para seus beneficiários, como a construção de avenidas, creches, urbanização e pavimentação de ruas, construção de praças e a própria promessa de recebimento do título de propriedade das habitações dos conjuntos construídos pelo projeto.

Uma promessa que se arrastou por mais de dez anos gerando expectativa aos moradores para enfim serem considerados donos daquele imóvel. Foi apenas no final do ano de 2021 que os moradores do Residencial Camboa receberam seus títulos de propriedade dos apartamentos.

Ao compartilharem suas experiências de vida no Residencial, os moradores enfatizaram que o projeto promoveu avanços significativos em termos de infraestrutura, saneamento básico e qualidade de vida. No entanto, demonstraram

insatisfação com o modelo habitacional adotado — os apartamentos —, o qual não correspondia às suas preferências ou expectativas: “o intuito é sairmos daqui e comprarmos uma casa”; muitos expressavam.

Outro aspecto que chama atenção na pesquisa e que se tornou uma experiência negativa aos moradores, foi o estigma e os casos de preconceito vivenciados pelos moradores do conjunto. O Residencial se tornou um local de disputas pela gestão do tráfico, estando na fronteira entre duas facções rivais. O conjunto foi inúmeras vezes palco de confronto entre facções e de operações policiais resultando em diversos casos de execuções e mortes, também, de moradores inocentes. Tais acontecimentos e suas repercussões imprimiram o apelido ao lugar de “Carandiru” em referência à antiga penitenciária de São Paulo. Os moradores foram reduzidos ao estigma de morarem em um conjunto violento que deveria ser evitado, tendo suas sociabilidades afetadas por esse estigma. Conseguir emprego, dar uma referência, receber visitas e pegar um táxi tornou-se algo cada vez mais impraticável.

Ao contrário do que os projetos urbanísticos propõem, principalmente em programas que visam a revitalização de espaços considerados degradados ou estigmatizados como o caso dos moradores da Camboa, não houve essa limpeza moral (CONCEIÇÃO, 2016), muito pelo contrário, a identidade dos moradores da Camboa passou a ser referenciada como algo negativo, estigmatizado pelos casos de violência e ao apelido dado ao local como “Carandiru”. Nesse aspecto, foi com a mudança para o Residencial e a incorporação dessa nova identidade negativa que os moradores passaram a se sentir vítimas de preconceitos e estigmas. No espaço do Residencial, observa-se a presença de uma “sociabilidade violenta”, conforme apontado na pesquisa de Canjão (2018), a qual regula as formas de interação entre os moradores e também influencia a maneira como descrevem suas experiências cotidianas.

Nesse aspecto, o Residencial Camboa para além de representar o símbolo de projeto de urbanização expresso na projeção de através da moradia tornar os ex-moradores das palafitas em cidadãos, é também um espaço de diversas disputas. Disputas de gestões de governo em quem “construiu” e quem mais inaugurou obras do projeto; disputas pelo tráfico, entre as facções pelo controle territorial do tráfico no local; disputas simbólicas, nas narrativas de seus moradores que ora se remetem ao passado nas palafitas onde havia mais “tranquilidade” e “paz”; disputas pelos rearranjos espaciais delimitado pelo modelo das habitações; disputas religiosas, nas ações de evangelização e ações sociais das igrejas naquele espaço; assim com as disputas políticas, candidatos, lideranças e representantes políticos que realizam ações sociais, reuniões e doações à comunidade.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA JÚNIOR, José. 2005. **Georg Simmel e o Conflito Social**. Caderno Pós Ciências Sociais, São Luís, v. 2, n. 3, pp. 7-15, jan./ jun. 2005. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/viewFile/222/154>> Acesso em: 23 de agost. 2025.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. 2000. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 3 ed. São Paulo: Edusp.
- CANJÃO, Isanda M. F. 2018. **Não entra errado, tá Iraque tá o terror: deslocamento habitacional e sociabilidade violenta em um bairro de São Luís**. São Luís. Tese (Doutorado em Ciências Sociais).Universidade Federal do Maranhão.
- CAVALCANTI, Mariana.2013. **A espera, em ruínas: urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da “Pacificação”**.DILEMA: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 6 - n. 2, pp. 191-228, abr./maio/jun. 2013.
- _____. 2007. **Of shacks, houses, and fortresses: an ethnography of favela consolidation in Rio de Janeiro**. Chicago. Tese (Doutorado).University of Chicago.
- CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. 2016. **Minha casa, suas regras, meus projetos: gestão, disciplina e resistências nos condomínios populares do PAC e PMCMV no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciências Sociais).Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- GODOI, Emília Pietrafesa. 2014. **Mobilidades, encantamento e pertença: o mundo ainda está rogando, porque ainda não acabou**. Revista de Antropologia de São Paulo, São Paulo, USP,v.57, n.2, pp-143-170, 2014.
- GOFFMAN, Erving.1978. **Estigma: notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- LARKINS, Erica Robb. 2015.**The Spectacular Favela. Violence in Modern Brazil**. California, University of California Press.
- MACHADO DA SILVA, Luís Antônio. **Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.
- PINA-CABRAL,João & GODOI, Emília Pietrafesa. 2014. **Vicinalidades e Casas Partíveis**. Apresentação. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v. 57, n. 2, pp. 11-21.
- SILVA, Luís Antônio M. 2011. **A política na favela**. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 4 n. 4, pp. 699-716, out./nov./dez. 2011. Texto originalmente publicado na revista Cadernos brasileiros em 1967.

SIMMEL, Georg. 1983. **George Simmel: Sociologia**. Evaristo de Moraes Filho (Org.). São Paulo: Ática.

_____. 2011. **O conflito como sociação**. RBSE- Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, UFPB, v.10, n.30, pp-568-573, dez 2011.

ZALUAR, Alba. 1994. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense